



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

CONTRATO N.º 100056/2022
PREGÃO N.º 123/2022 - PROCESSO N.º 4792/2022

Pelo presente instrumento público, o Serviço Municipal de Água e Esgoto - SEMAE, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 50.853.555/0001-54, com sede na cidade de Piracicaba, estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, 2.200, Autarquia Municipal, criada pela Lei Municipal n.º 1.657, de 30 de abril de 1.969, doravante designado SEMAE, representado pelo seu Presidente, Maurício André Marques de Oliveira, inscrito no CPF/MF sob n.º 101.209.668-83 e portador da cédula de identidade n.º 10.549.097-0 e a empresa

VECTOR SERVIÇOS LTDA., sediada na Rua Andradina, n.º 284, Bairro Parque Novo Mundo, na cidade de Americana, estado de São Paulo, CEP 13.467-620, Telefone (19) 3407-6184, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.824.486-0001/33 e Inscrição Estadual sob n.º 165.310.654.116, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Melquisedeck Nunes da Silva, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na Rua Giuseppe Garibaldi, n.º 61, Parque Residencial Nardini, na cidade de Americana/SP, portador da cédula de identidade R.G. sob n.º 8.818.428-6 SSP/SP e inscrito no C.N.P.F./MF sob n.º 290.773.707-49,

têm entre si justo e contratado com inteira sujeição à Lei Federal n.º 10.520/02, Lei Federal n.º 8.666/93 com alterações posteriores, Lei Complementar n.º 123/2006 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, em razão de licitação realizada na modalidade Pregão Presencial sob o n.º 123/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1.A CONTRATADA obriga-se a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO PARA TRANSMISSÃO REMOTA DE DADOS EM TEMPO REAL**, de acordo com o edital, proposta e atas de julgamento que ficam, para todos os efeitos, fazendo parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

2.1.A entrega dos serviços deverá ser efetuada em até 60 (sessenta) dias a contar da emissão da ordem de serviço.

2.2.Os serviços somente terão início após emissão da Ordem de Serviço pelo SEMAE e integração dos funcionários da CONTRATADA, promovido pelo Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho do SEMAE.

2.3.A CONTRATADA deverá emitir a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente aos serviços realizados, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo e apresentar cópia da ART ao SEMAE.

2.4.A CONTRATADA deverá dar garantia de 90 (noventa) dias, de acordo com o item 4 do Termo de Referência.

2.5.O objeto deverá atender rigorosamente as condições e características exigidas pelo SEMAE, **as condições/especificações descritas no Termo de referência**, e ser executado conforme estabelecido no edital e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1.O prazo de vigência do contrato se inicia no primeiro dia útil subsequente ao de sua assinatura e se encerra na data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ressalvada a garantia, cujas obrigações dela decorrentes deverão ser cumpridas durante o prazo ofertado em proposta.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1.O valor do presente contrato constitui a importância total de R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais),sendo:

goo.gl/maps/1Vgb59zaaFg1V3en8

semaepiracicaba.sp.gov.br

CONTRATO N.º 100056/2022
PREGÃO N.º 123/2022 - PROCESSO N.º 4792/2022

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL
Item 01	Materiais, Equipamentos e Insumos	R\$ 56.431,00
Item 02	Construção de Caixa em Alvenaria	R\$ 19.800,00
Item 03	Calibração e Partida do Sistema	R\$ 10.769,00

4.2.As despesas do presente contrato serão garantidas através do Empenho n.º 2586/2022 e pela Dotação 84, Código Orçamentário 33903900 e Programa de Trabalho 323230.1751200232.434 do exercício de 2022.

4.3.No valor ajustado estão incluídos todos os tributos e demais despesas diretas e indiretas relativas à execução deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO FATURAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1.O faturamento deverá ser feito através de **DOCUMENTO FISCAL ELETRÔNICO** da empresa que vencedora da licitação, ou seja, deve constar o mesmo CNPJ dos documentos apresentados para habilitação e deverá conter:

- 5.1.1.A modalidade e o número da licitação;

5.1.2.O número do Contrato;

5.1.3.O Banco, número da agência e da conta corrente da CONTRATADA.

5.2.As faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas e seu vencimento ocorrerá até 15 (quinze) dias após a data da sua reapresentação.

5.3.O pagamento da nota fiscal, após aceita pelo preposto do SEMAE, será efetuado na primeira sexta-feira após o 20º (vigésimo) dia da liberação do documento fiscal, por crédito em conta corrente, em nome da CONTRATADA.

5.4.Caso ocorra a necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que essas forem cumpridas.

5.5.O respectivo pagamento somente será efetuado após o efetivo cumprimento das obrigações assumidas decorrentes da contratação e após o fiel cumprimento ao artigo 55, inciso XIII da Lei Federal n.º 8.666/93.

5.6.Ocorrendo atraso no pagamento, por culpa do SEMAE, o valor devido será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro que vier a substituí-lo.

5.6.1.Calcular-se-á a atualização “pro rata temporis”, pela variação acumulada do INPC anual dos 12 (doze) meses anteriores à data do vencimento, até a data do respectivo pagamento.

5.7.Poderá o SEMAE sustar o pagamento de qualquer fatura no caso de inadimplemento da CONTRATADA relativamente à execução do contrato, recaiando sobre a mesma às penalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93 e neste contrato.


5.8.Havendo retenção de pagamento por culpa da CONTRATADA, serão de sua responsabilidade os eventuais ônus dela decorrentes.

5.9.É vedada a emissão de duplicata e a cessão de qualquer crédito decorrente do contrato e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterà necessariamente, a cláusula “Não a Ordem”, tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o SEMAE, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente contrato e, em hipótese alguma, o SEMAE aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, imediatamente, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1.A CONTRATADA reconhece por este instrumento que é a única e exclusiva responsável por danos e prejuízos que causar ao SEMAE, coisa ou pessoa de terceiros em decorrência da



 goo.gl/maps/1Vgb59zaaFgIV3en8

semaepiracicaba.sp.gov.br

CONTRATO N.º 100056/2022**PREGÃO N.º 123/2022 - PROCESSO N.º 4792/2022**

execução do contrato, correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para o SEMAE, ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos possam causar.

6.2.A CONTRATADA deverá:

6.2.1.responsabilizar-se integralmente pela execução do contrato, nos termos do Código Civil Brasileiro e legislação vigente.

6.2.2.executar o contrato de acordo com as especificações contidas no edital, termo de referência e em seus anexos.

6.2.3.cumprir além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração.

6.2.4.responsabilizar-se pelas despesas decorrentes de carga, transporte, descarga e demais custos diretos e indiretos relacionados com o cumprimento da obrigação.

6.2.5.cumprir as demais obrigações constantes no edital e seus anexos que passam a fazer parte integrante deste instrumento como se nele estivessem transcritas.

6.3.Todos os documentos exigidos durante a execução do contrato poderão ser apresentados em cópias simples, podendo o SEMAE, a qualquer tempo requerer o original para cotejo, ficando a CONTRATADA sujeita às sanções legais se verificada a ocorrência de fraude ou falsidade nos documentos apresentados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES ANTICORRUPÇÃO

7.1.A CONTRATADA obriga-se, sob as penas previstas neste instrumento e na legislação aplicável, a observar e cumprir rigorosamente todas as normas cabíveis, incluindo a Lei Brasileira Anticorrupção.

7.2.A CONTRATADA declara e garante que conduz seus negócios de forma a coibir a prática de atos lesivos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da Administração Pública, quais sejam:

7.2.1.prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

7.2.2.comprovementamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática de atos ilícitos previstos em lei;

7.2.3.comprovementamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

7.2.4.dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

7.3.No tocante a licitações e contratos, a CONTRATADA, não irá:

7.3.1.frustar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

7.3.2.impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

7.3.3.afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;


7.3.4.criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar da licitação ou celebrar o contrato;

7.3.5.obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou respectivos instrumentos contratuais;

7.3.6.manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

7.4.A CONTRATADA declara, ainda, que não está envolvida e nem irá se envolver, direta ou indiretamente, por seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, durante o cumprimento das obrigações previstas neste



 goo.gl/maps/1Vgb59zaaFgJV3en8

semaepiracicaba.sp.gov.br



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

CONTRATO N.º 100056/2022

PREGÃO N.º 123/2022 - PROCESSO N.º 4792/2022

contrato, em qualquer atividade ou prática que constitua uma infração aos termos das Leis Anticorrupção.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO SEMAE

8.1. Para o cumprimento do objeto do presente contrato, o SEMAE obrigará-se, através da fiscalização:

8.1.1. fornecer à CONTRATADA, os elementos básicos e instruções complementares suficientes e necessárias à sua execução;

8.1.2. efetuar os pagamentos devidos em dia, de acordo com o estipulado neste contrato;

8.1.3. exercer a fiscalização do contrato, na forma prevista na Lei nº 8.666/93.

8.1.4. cumprir as demais obrigações constantes no edital e seus anexos que passam a fazer parte integrante deste instrumento como se nele estivessem transcritas.

CLÁUSULA NONA – DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE

9.1. Os preços praticados durante a vigência do contrato são fixos e irrevogáveis, nos termos da legislação que implantou o Plano Real.

9.2. Em sendo o caso, independentemente de prorrogação contratual, ultrapassado 12 (doze) meses da data-base do orçamento estimado, o reajustamento dos preços será regulado pela variação acumulada do IPCA-E.

9.3. Para efeitos do disposto nesta cláusula, a CONTRATADA deverá pleitear o reajuste a ser calculado pela Comissão para Análise de Reajuste e Verificação do Equilíbrio Econômico-Financeiro dos contratos firmados pelo Semaes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

10.1. Na hipótese de alterações econômicas fundamentais prevalentes durante a execução do contrato, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser estabelecida nos termos da legislação que trata da matéria e demais condições previstas neste contrato.

10.2. A solicitação para restabelecimento da equação econômico-financeiro do contrato deverá ser feita mediante requerimento formal acompanhado de documentos que comprovem o desequilíbrio, entregues no Protocolo do SEMAE, situado na R. XV de Novembro, nº 2.200, em Piracicaba/SP, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos, das 08 às 16 horas.

10.3. A documentação será encaminhada e analisada pela Comissão, constituída para esse fim.

10.4. Juntamente com o requerimento, a CONTRATADA deverá apresentar, no mínimo, duas planilhas detalhadas de custos: uma do tempo do requerimento e outra da época da proposta e cópias de notas fiscais dos mesmos períodos.

10.5. A Comissão, a qualquer tempo, poderá solicitar o fornecimento de novos documentos, entretanto caberá, à CONTRATADA, o ônus de comprovar a ocorrência do rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

10.6. O SEMAE terá o prazo de sessenta (60) dias para se manifestar sobre o pedido, a contar do primeiro dia útil subsequente à entrega de toda a documentação prevista neste item e de outras eventualmente solicitadas pela Comissão devendo, a **CONTRATADA, continuar a cumprir suas obrigações até que o SEMAE delibere a respeito do pedido, sob pena de aplicação das penalidades previstas para inexecução do contrato.**

10.7. Na hipótese de deferimento total ou parcial do pedido, os cálculos deverão ser efetuados a partir da data do pleito no protocolo do SEMAE ou de outra devidamente justificada pela Comissão e ratificada pela autoridade superior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ASSOCIAÇÃO, CESSÃO, TRANSFERÊNCIA E SUBCONTRATAÇÃO

11.1. É vedada à CONTRATADA a associação com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação que prejudiquem a execução deste contrato.

goo.gl/maps/1Vgb59zaaFgIV3en8

semaepiracicaba.sp.gov.br

CONTRATO N.º 100056/2022**PREGÃO N.º 123/2022 - PROCESSO N.º 4792/2022**

11.2. É vedada a subcontratação de outra empresa para a realização do objeto deste contrato, exceto para aquele eventualmente previsto no item 6.3. do Termo de Referência.

11.3. Eventual subcontratação somente poderá ocorrer com autorização expressa do SEMAE e não será estabelecido qualquer vínculo entre o SEMAE e a subcontratada, permanecendo a CONTRATADA responsável pelo integral cumprimento das obrigações estabelecidas neste instrumento.

11.4. A CONTRATADA deverá informar, expressa e previamente, ao SEMAE a subcontratação a ser realizada no curso da vigência deste contrato, bem como qualquer substituição de subcontratada, não sendo permitida a entrada e/ou permanência de qualquer subcontratada sem que esta tenha sido aprovada pelo SEMAE.

11.5. A CONTRATADA deverá diligenciar para a escolha de subcontratada que viabilize o cumprimento das exigências estipuladas neste contrato, devendo substituir aquela que, de qualquer forma, impeça, dificulte ou prejudique o cumprimento do objeto contratual.

11.6. A CONTRATADA se obriga a inserir, no contrato que vier a celebrar com sua eventual subcontratada, cláusula estabelecendo responsabilidade solidária em relação à execução do objeto subcontratado.

11.7. É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do SEMAE para a execução do objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS REPRESENTANTES DAS PARTES E DAS COMUNICAÇÕES

12.1. Ficam credenciados pelo SEMAE para gestão do contrato a servidora **Elaine Contiero Ribeiro**, Diretora do Depto. de Tratamento de Água, e-mail eribeiro@semaepiracicaba.sp.gov.br, telefone (19) 3421-0415 e para fiscalização a servidora **Letícia dos Santos Santiago Matos**, Chefe da Divisão de Tratamento - Corumbataí, e-mail lsantiago@semaepiracicaba.sp.gov.br, telefone (19) 3421-0415 - ramal 202 e o servidor **André Ometto Belleza**, Chefe da Divisão de Tratamento Piracicaba, e-mail aobelleza@semaepiracicaba.sp.gov.br e telefone (19) 3433-1441.

12.2. Caberá ao gestor e fiscal designados o acompanhamento efetivo do cumprimento dos termos do presente contrato, em observância ao disposto no inc. III, art. 58 e art. 67, da Lei n.º 8666/93.

12.3. Fica credenciado o Sr. **Melquisedeck Nunes da Silva**, portador do R.G. sob n.º 8.818.428-6 SSP/SP e inscrito no CNPF/MF sob n.º 290.773.707-49, e-mail contato@vector-servicos.com, telefone (19) 3407-6184, como representante da CONTRATADA durante a execução do presente contrato a fim de garantir o cumprimento das atividades de acordo com as diretrizes estabelecidas para sua realização, o qual responderá ainda, pelo recebimento de todos os atos e comunicações formais expedidas pelo SEMAE.

12.4. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do contrato serão registradas e entregues por correspondência via e-mail ou remetida aos endereços constantes no preâmbulo deste.

12.5. Qualquer correspondência deverá constar, no mínimo, a identificação do remetente, do número deste contrato e o assunto a ser tratado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO


13.1. O objeto da licitação deverá ser recebido:

13.1.2. Provisoriamente em até 30 (trinta) dias, após constatação pelo fiscal do contrato, de que foram cumpridas as obrigações decorrentes da contratação com relação à execução do contrato, mediante assinatura do canhoto da nota fiscal; e

13.1.2. Definitivamente em até 90 (noventa) dias, mediante aceite da nota fiscal, após análises técnicas para verificação dos serviços realizados.

13.2. O objeto do contrato somente será recebido se estiver perfeitamente de acordo com as condições contratuais e demais documentos que fizerem parte do ajuste.



 goo.gl/maps/1Vgb59zaaFgJV3en8

semaepiracicaba.sp.gov.br

CONTRATO N.º 100056/2022**PREGÃO N.º 123/2022 - PROCESSO N.º 4792/2022**

13.3. Constatada irregularidade na execução do objeto contratual, o SEMAE, através do fiscal designado, sem prejuízo das penalidades cabíveis, deverá rejeitá-lo no todo ou em parte determinando sua correção, devendo, a contratada, fazê-la em conformidade com a indicação da fiscalização, dentro do prazo determinado na notificação por escrito, sem que isso signifique novação contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

14.1. O proponente que convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de celebrar ou de assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato, não mantiver a proposta, falhar na execução do contrato, fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e de contratar com o SEMAE, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

14.2. Será aplicada multa de:

14.2.1. 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, quando o proponente convocado deixar de assinar/aceitar o contrato;

14.2.2. 1% (um por cento), sobre o valor do ajuste, por dia de atraso injustificado em firmar o contrato, até o limite de 10% (dez por cento);

14.2.3. 20% (vinte por cento), sobre o valor do ajuste, pela inexecução total do contrato;

14.2.4. 10% (dez por cento), sobre a parte não cumprida, pela inexecução parcial do contrato;

14.2.5. 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento), sobre o valor do ajuste ou da parte não cumprida, por dia de atraso no fornecimento e pelo não atendimento aos chamados no período de garantia, até o limite de 10% (dez por cento);

14.2.5.1. Na hipótese mencionada no subitem anterior, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento da obrigação, punível com as sanções previstas para inexecução do contrato.

14.2.6. 1% (um por cento) sobre a fatura, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o art. 55, inc. XIII, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suspensão do pagamento até a devida regularização;

14.2.6.1. A não regularização no prazo de 90 (noventa) dias a contar da suspensão do pagamento, ensejará a aplicação de multa correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor remanescente do contrato e poderá ensejar a rescisão do contrato;

14.2.7. 1% (um por cento), sobre o valor do ajuste, na ocorrência da primeira rejeição do objeto da licitação, exceto se estiver dentro do prazo de entrega;

14.2.8. 2% (dois por cento), sobre o valor do ajuste, na ocorrência da segunda rejeição do objeto da licitação, exceto se estiver dentro do prazo de entrega;

14.2.9. 10% (dez por cento), sobre o valor do ajuste, na ocorrência da terceira rejeição do objeto da licitação, além das demais penalidades previstas neste instrumento e rescisão contratual.

14.2.10. 10% (dez por cento) sobre o valor do ajuste ou da parte não cumprida, na ocorrência de qualquer tipo de inadimplência não prevista neste item.

14.3. As sanções são independentes, sendo que a aplicação de uma não exclui a das outras.

14.4. O pagamento das multas não exime a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração, podendo ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste Instrumento.

14.5. O valor da multa será descontado dos eventuais créditos devidos pela Administração e na falta destes, cobrado administrativa ou judicialmente.

14.6. O prazo para recolhimento das multas estabelecidas neste item será de até 30 (trinta) dias a contar da data da expiração do prazo de recurso ou o seu indeferimento.

14.7. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados.



 goo.gl/maps/1Vgb59zaaFgIV3en8

semaepiracicaba.sp.gov.br

CONTRATO N.º 100056/2022**PREGÃO N.º 123/2022 - PROCESSO N.º 4792/2022**

14.8.Ocorrendo atraso nos valores devidos pela CONTRATADA será imputada correção monetária de 0,07% (zero vírgula zero sete por cento) ao dia sobre o valor a ser pago e juros de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata die*, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado.

14.9.No caso de aplicação das penalidades caberá apresentação de defesa prévia no prazo de cinco (05) dias úteis a contar da intimação do ato, com exceção da penalidade estabelecida no art. 87, inc. IV, da Lei Federal n.º 8.666/93, cujo prazo de defesa será de 10 (dez) dias contados da abertura de vista.

14.10.Aberto o procedimento de penalidade, o contratado será notificado através de via postal, notificação pessoal, email ou mediante publicação no Diário Oficial do Município de Piracicaba para apresentar defesa prévia no prazo legal.

14.11.A apreciação da defesa prévia será efetuada pelo gestor do contrato.

14.12.Da decisão proferida que aplicar penalidade ao contratado caberá recurso a ser interposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

14.13.O recurso será apreciado pelo gestor do contrato, o qual poderá reconsiderar sua decisão ou encaminhá-lo ao Presidente do SEMAE, que proferirá decisão final.

14.14.A decisão final será publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba e registrada no Cadastro de Fornecedores do SEMAE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1.A rescisão contratual poderá ser:

15.1.1.Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93.

15.1.2.Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

15.2.A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão administrativa, com a culminação das penalidades previstas no presente contrato e na Lei Federal n.º 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1.Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Piracicaba/SP, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

16.2.A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.

16.3.As partes estão vinculadas expressamente aos termos do edital, bem como à proposta vencedora, conforme estabelece Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

16.4.E por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e único efeito.

Piracicaba, 29 de dezembro de 2022.



Maurício André Marques de Oliveira
SEMAE



Melquisedeck Nunes da Silva
CONTRATADA

 goo.gl/maps/1Vgb59zaaFgJV3en8

semaepiracicaba.sp.gov.br

ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS) (REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)

CONTRATANTE: SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE PIRACICABA

CONTRATADO: VECTOR SERVIÇOS LTDA.

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): 100056/2022

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO PARA TRANSMISSÃO REMOTA DE DADOS EM TEMPO REAL.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa(s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: Piracicaba, 29 de dezembro de 2022.

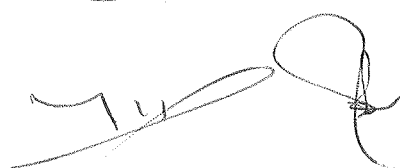
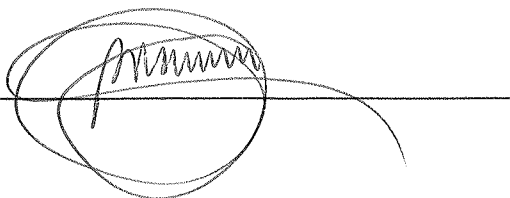
AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO – ORDENADOR DE DESPESA E RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO AJUSTE

Nome: MAURÍCIO ANDRÉ MARQUES DE OLIVEIRA

Cargo: Presidente

CPF: 101.209.668-83

Assinatura: _____



**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: CLARINDO JOSÉ DE MORAIS NETO
Cargo: Ordenador de Despesas e pelos Expedientes Administrativos
CPF: 547.458.451-20
Assinatura: _____

RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO AJUSTE:

Pela contratada:

Nome: MELQUISEDECK NUNES DA SILVA
Cargo: Comerciante
CPF: 290.773.707-49
Assinatura: _____

GESTORA DO CONTRATO:

Nome: ELAINE CONTIERO RIBEIRO
Cargo: Diretora de Departamento
CPF: 127.042.828-46
Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: **FISCAL DO CONTRATO:**

Nome: LETÍCIA DOS SANTOS SANTIAGO MATOS
Cargo: Chefe de Divisão
CPF: 398.656.758-54
Assinatura: _____

FISCAL DO CONTRATO:

Nome: ANDRÉ OMETTO BELLEZA
Cargo: Chefe de Divisão
CPF: 288.260.958-25
Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de

responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*

The image shows five handwritten signatures in black ink, arranged in a loose cluster at the bottom right of the page. The signatures are stylized and cursive, typical of legal documents. One signature on the left is longer and more horizontal, while the others are more compact and vertical. The ink is dark and the background is white.